



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal  
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 03 de outubro de 2025

03 Páginas / Ano 9 / Edição nº 972



## DECRETOS

### DECRETO nº. 1100/2025

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº. 1922/2009; c/c art. 61, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 13640/2025,

Considerando, a Lei Municipal nº. 2903/2022 de 25/03/2022;

Considerando a necessidade de que a servidora esteja à disposição da Administração sempre que chamada, e está à disposição da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, nas diversas atribuições que lhe são incumbidas;

Considerando os princípios básicos estabelecidos no artigo 37 da nossa Lei maior, bem como o princípio da supremacia do interesse público;

Considerando o cumprimento do artigo 3º, da Lei Municipal nº. 2903/2022, onde o Secretário da Pasta requereu e o Chefe do Poder Executivo aprovou seu pedido;

Considerando que, além da servidora exercer as funções próprias de seu cargo de Enfermeira junto à Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, responderá pela Coordenação e Responsabilidade Técnica da Central de Material Especializado, Centro Cirúrgico e Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do HMCL,

#### RESOLVE

**Artigo 1º.** CONCEDER à servidora com cargo em provimento efetivo de ENFERMEIRA, senhora HELENICE FREITAS portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.208-3 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.179-38, matriculada sob nº. 6.465, Gratificação de Função FG 02, o que corresponde ao percentual de 20% (vinte por cento), do vencimento básico da servidora.

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA  
Secretário Municipal de Saúde

### DECRETO nº. 1101/2025

**Súmula:** Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor JOVIS PEREIRA DE MELLO.

O PREFEITO DE JAGUARIAÍVA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no artigo 67, X e XI, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro no artigo 50 da Lei Municipal nº. 2913/2022, e tendo em vista o que consta no processo administrativo autuado sob nº. 187/2025 - IPASPMJ e Protocolo Geral sob nº. 13483/2025,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica concedido o benefício previdenciário de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com fundamento no artigo 50 da Lei Municipal nº. 2913/2022, a JOVIS PEREIRA DE MELLO, portador da Cédula de Identidade R.G. nº XXX.XXX.865-9 SESP/PR, e CPF/MF nº. XXX.XXX.599-91, no cargo de Encanador, sob matrícula nº. 30, junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

**Parágrafo Único.** Os proventos, conforme artigo 50, §2º da Lei Municipal nº. 2913/2022, serão integrais, a razão de R\$ 3.990,67 (três mil, novecentos e noventa reais e sessenta e sete centavos) por mês, totalizando R\$ 47.888,04 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) anuais, assegurando-se a revisão do benefício na mesma data e forma em que se der o aplicado aos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social, não podendo ser inferior ao salário mínimo Nacional.

**Artigo 2º.** As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariaíva - IPASPMJ.

**Artigo 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PERES GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

ADILSON RODRIGO MILEK  
Presidente do SAMAE

VALDEMIR FERREIRA  
Presidente do IPASPMJ

### DECRETO nº. 1102/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Instalação de Processo Administrativo Disciplinar em face de JONATHAN DONATO RAMOS DA SILVA e das outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

#### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Instalado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de JONATHAN DONATO RAMOS DA SILVA, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Eletricista Predial, inscrito na matrícula nº. 8.330, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 12578/2025.

**Art. 2º.** A comissão processante, conforme dispõe o Decreto nº. 017/2025, será composta dos seguintes membros: Presidente: Matheus Rissatto Rivoiro; Secretária: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo; Membros: Lucas Madureira Ferreira, Alessandra Walenga Vaz e José Sidnei Lozeski Filho.

**Art. 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 1103/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Instalação de Processo Administrativo Disciplinar em face de LALESKA EDUARDA PROVODA e das outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

#### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Instalado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de LALESKA EDUARDA PROVODA, servidora pública municipal, que era ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, inscrita na matrícula nº. 7.999, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 13381/2025.

**Art. 2º.** A comissão processante, conforme dispõe o Decreto nº. 017/2025, será composta dos seguintes membros: Presidente: Matheus Rissatto Rivoiro; Secretária: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo; Membros: Lucas Madureira Ferreira, Alessandra Walenga Vaz e José Sidnei Lozeski Filho.

**Art. 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 1104/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 673.286,76 (Seiscentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e seis centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariaíva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 673.286,76 (Seiscentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e seis centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC	
2.049 Manutenção do Transporte Escolar	
221 3.3.90.30.00.00.00.0127 Material de Consumo	25.000,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS	
2.071 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupian	
310 3.1.90.96.00.00.00.000303 Ressarc. de Desp. de Pessoal Requisitado	24.000,00
12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF	
1.012 Obras de Próprios Municipais da SEDESMF	
352 4.4.90.51.00.00.00.00 0935 Obras e Instalações	624.286,76

**Artigo 2º.** Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

Fonte	Descrição	Valor
0935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	624.286,76

#### II. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC	
2.049 Manutenção do Transporte Escolar	
223 3.3.90.39.00.00.00.00 0127 Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.000,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS	
2.071 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupian	
306 3.1.90.11.00.00.00.00 0303 Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.000,00

**Artigo 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

**Artigo 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

**Artigo 5º.** Este Decreto entrará em vigor na presente data.

**Artigo 6º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

### DECRETO nº. 1105/2025

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **José Sloboda**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei 1922/2009 e seus anexos,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** EXONERA, com base no Processo Administrativo Disciplinar nº. 15934/2024, do cargo em provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeado que fora através do Decreto nº. 729/2009, o Senhor FRANCISCO CARLOS DE MIRANDA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.973-8 II/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.819-04.

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário



## SENJUR

#### JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR  
PROCESSO Nº. 15.819/2024  
INVESTIGADO: EMERSON POMIM PONCIANO

#### 1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas as demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo Decreto 747/2025, em desfavor de EMERSON POMIM PONCIANO, servidor público municipal, ocupou o cargo comissionado de Diretor do Departamento Gráfico, sob matrícula 6.575, para apuração dos fatos informados no protocolo nº 15.819/2024, tendo em vista o conhecimento da presente denúncia dos fatos registrados do ofício nº 819/2024/SARH.

É o relatório do necessário.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Em resumo consta no documento que o servidor falsificou atestado médico do Dr. Matheus Schimanski datado do dia 02/12/2024.

Dos depoimentos, realizam-se uma síntese dos fatos:

[...]

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos. Além disso, se pronunciou por concluir a análise pela conjuntura de sua instrução probatória e documentos juntados nos autos, concordando com o relatório apresentado pela Comissão Processante, que finalizou os trabalhos conclusivos mediante a indicação do servidor, em razão da consumação dos fatos registrados onde houve infração indisciplinar do servidor.

Das averiguações ficou constatado que o falsificou atestado médico com intuito de lesar os públicos.

O Relatório Final ante a denúncia apresentada, realizou audiências, no qual fora contatado que o atestado apresentado pelo investigado é falso; parte depoimento de Fábia: **“Que confirmou que o investigado fora atendimento apenas em 09/09/2024 no sistema e que no atestado está 02/12/2024.Afirmou que o atestado é diferente. Que o carimbo está muito perfeito. Que o carimbo do médico é meio aqueado, a letra do atestado está diferente. O CID não está com a letra. O formulário é AS e parece que a folha do atestado que o investgado apresentou parece que fora cortado com uma régua, pois a unidade recebe um bloco de formulário”.**

E parte do depoimento do médico Dr. Matthews: **“Afirmou que não prescreveu o atestado médico ao investigado. Que o carimbo está diferente. A fonte do atestado está diferente do que o sistema da Prefeitura utiliza. Que ficou sabendo recentemente da situação do atestado. Que o CID não está correto, pois falta letra e tem somente os números”.**

A defesa assim alegou: “que em fls. 9 dos autos a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos em que determina o arquivamento do processo em razão de que a punição mais grave para o caso é a exoneração do cargo. Entende-se que não há que se falar em punição vez que o servidor já fora exonerado do cargo e de que a sequência do presente processo resta prejudicada ante a perda do objeto, assim, requer o arquivamento dos autos”.

A defesa alegou que pelo fato de o investigado ter sido exonerado, o processo administrativo disciplinar deverá ser arquivado, o que não prospera conforme entendimento consolidado do STJ, vejamos:

O acórdão REsp 18.987/GO do Superior Tribunal de Justiça (STJ), relatado pela Min. Laurita Vaz, consolidou o entendimento de que a exoneração de um servidor não obsta a instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para investigar um fato ocorrido enquanto ele ainda estava em exercício do cargo. Isso significa que a Administração Pública pode, mesmo após a saída do servidor, apurar irregularidades cometidas durante o período em que ele ocupava a função pública.

Nesse passo a conduta em questão ocasionou lesão aos cofres públicos, na medida em que a ilegítima justificação das faltas por meio ilícito poderia ter resultando na percepção indevida da remuneração correspondente aos dias solicitados no atestado.

Sobre o processo administrativo disciplinar (PAD), sabe-se que é instrumento utilizado para apuração e punição de desvios funcionais cometidos por agentes públicos. É o que se extrai da obra de HELY LOPES MEIRELLES, atualizada por DELCÍO BALESTERO ALEIXO e JOSÉ EMMANUEL BURLE FILHO:

“Processo administrativo disciplinar, também chamado de impropriamente inquérito administrativo, é o meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração. Tal processo baseia-se na supremacia especial que o Estado mantém sobre todos aqueles que se vinculam a seus serviços ou atividades, definitiva ou transitoriamente, submetendo-se a sua disciplina. [...]”

O processo disciplinar é sempre necessário para a imposição de pena de demissão ao funcionário estável (CR, art. 41, § 1º), [...] (in Direito Administrativo Brasileiro, 38. ed. atual. até EC 68/2011. São Paulo: Editora Malheiros, p. 761-762).

O princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição da República, representa a garantia inerente ao Estado Democrático de Direito de que ninguém será condenado sem que lhe seja assegurado o direito de defesa, bem como o de contraditório os fatos em relação aos quais está sendo investigado.

Sobre o tema, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO assegura que “em relação ao processo administrativo, o princípio do devido processo legal tem sentido claro: em todo processo administrativo devem ser respeitadas as normas legais que o regulam.”(in Manual de direito administrativo, 25. ed. rev. ampl. e atual até a Lei n. 12.587/2012. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2012, p. 965)

Por esse princípio, nenhuma decisão gravosa a um determinado sujeito poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em lei.

Com efeito, por se tratar de uma garantia constitucional, não pode a Administração Pública violar aos ritos estabelecidos em lei tendendo a uma maior celeridade.

Pelos princípios da Ampla Defesa e Contraditório, pilares do devido processo legal disciplinados no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, ao acusado/indiciado é facultado durante todo o processo, a sua efetiva participação, possibilitando-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico.

No processo administrativo disciplinar, segundo JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“O acusado pode atuar por si mesmo, elaborando a sua defesa e acompanhando o processo, ou fazê-se representar por advogado devidamente munido da respectiva procuração. A representação, portanto, constitui uma faculdade outorgada ao acusado, como já consagrou - corretamente a nosso ver - a mais autorizada doutrina. Não obstante, como garantia do princípio do contraditório, exige-se a presença de defensor dativo no caso de estar o acusado em lugar incerto e não sabido, ou na hipótese de revelia. Fora dessas hipóteses, contudo, é dispensável a presença de advogado. [...]”

Não obstante, outros aspectos cabem na ampla defesa e também são indierogáveis, como é o caso da produção de prova, do acompanhamento dos atos processuais, da vista do processo, da intimação para provas e, afinal, de toda a intervenção que a parte entender necessária para revogar as alegações.”(ob. cit. p. 966-967).

Voltando aos autos, não se vislumbra qualquer ilegalidade no processo administrativo disciplinar. Ao investigado foi garantido o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

A propósito, assim já decidiu os Tribunais de Justiça pátrios sobre questões semelhantes a este em voga, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. ASSISTENTE DE SAÚDE E DE AUXÍLIAR DE ENFERMAGEM. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUE CULMINOU NA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE DEMISSÃO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA NÃO OBSERVADA. PORTARIA MUNICIPAL QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO. PRAZO DE 5 DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA ADMINISTRATIVA CONFORME A REGRA DO ARTIGO 127, § 2º E ARTIGO 134, AMBOS DA LEI

MUNICIPAL Nº 1.245/1993. TEMPESTIVIDADE DA DEFESA NÃO VERIFICADA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO DESCRIDA NO CASO. SERVIDORA INVESTIGADA QUE SE ENCONTRAVA ASSISTIDA POR ADVOGADO DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO. VICIOS NA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO OBSERVADOS. IMPUTAÇÃO DE FALTA FUNCIONAL POR INASSIDUIDADE HABILITATÓRIA EM PROCEDIMENTO SUMÁRIO CONFORME O ARTIGO 127 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.245/1993. ALEGAÇÃO DE VICIOS NO RELATÓRIO FINAL NÃO CONSTATA. PENALIDADE APLICADA QUE SE MOSTROU ADEQUADA NO CASO. FALTAS AO SERVIÇO QUE IMPLICAM NA CARACTERIZAÇÃO DE INASSIDUIDADE. HABITUAL CONDUITA IRREGULAR QUE ACARRETA A PENALIDADE DE DEMISSÃO. ATO VINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJ-PR 00025541320228160131 Palo Branco, Relator: Lauri Caetano da Silva, Data de Julgamento: 14/02/2024, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 20/02/2024)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - PENALIDADE DISCIPLINAR DE DEMISSÃO - PRETENSÃO DE ANULAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - USO DE ATESTADO MÉDICO FALSO - AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO MÉDICO - SUPOSTA IGNORÂNCIA ACERCA DA FALSIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO OCORRÊNCIA I. Comprovado pelo médico que o atestado é falso e a assinatura nele constante não é sua, além da confissão, pela própria servidora, de que não foi atendida pelo médico, resta configurada a falta disciplinar consistente em apresentação de atestado médico falso para obtenção de afastamento temporário do serviço. 2. Diante do cometimento de infração disciplinar e restando evidenciada a regularidade do procedimento apuratório, que respeitou os princípios do contraditório e da ampla defesa, é de se reconhecer a legitimidade do processo administrativo disciplinar e da consequente pena de demissão aplicada. 3. Cabe ao Poder Judiciário analisar apenas a observância das formalidades legais do julgamento realizado administrativamente. A reanálise das provas e fundamentos constantes de processo administrativo disciplinar pelo Judiciário representa invasão de competência, vedada pelo princípio da separação dos Poderes. 4. Recurso não provido.

(TJ-MG - Apelação Cível: 50143746320198130702, Relator.: Des (a) Auresa Brasil, Data de Julgamento: 22/07/2021, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/07/2021)

MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO INTERNO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. PROFESSORA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO FALSO PARA JUSTIFICAR FALTAS AO TRABALHO. CONTROLE JURISDICCIONAL RESTRITO À LEGALIDADE. VEDAÇÃO DE INCURSÃO NO MÉRITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. DISCIPLINAR. ILEGALIDADE, TERATOLOGIA OU MANIFESTA DESPROPORCIONALIDADE. REGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DO FEITO DISCIPLINAR. ATO DEMISSÓRIO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. EXASPERAÇÃO DA PENALIDADE SUGERIDA PELA COMISSÃO PROCESSANTE AMPARADA EM DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DO MAGISTÉRIO. SERVIDORA QUE, CIENTE DA FALSIDADE IDEOLÓGICA DO ATESTADO, ANDA ASSIM O APRESENTOU PARA ABONAR FALTAS AO TRABALHO. RECORRENTE. PERCEPÇÃO INDEVIDA DE REMUNERAÇÃO CORRESPONDENTE ÀS FALTAS ILEGITIMAMENTE JUSTIFICADAS. IMPOSSIBILIDADE DE INVOCACÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE PARA A SUBSTITUIÇÃO DA PENALIDADE DE DEMISSÃO POR OUTRA MENOS GRAVOSA, NAS HIPÓTESES EM QUE A REFERIDA PENA É TAXATIVAMENTE PREVISTA NA LEGISLAÇÃO, DESNECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO DO DOLO PARA A CARACTERIZAÇÃO DA LESÃO AO ERÁRIO. VONTADE LIVRE E CONSCIENTE NO QUE TOCA A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO IDEOLÓGICAMENTE FALSO. PREJUIZO AOS COFRES PÚBLICOS COMO CONSEQUÊNCIA DA FALTA DE NECESSIDADE DA FALSIDADE DOCUMENTAL. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. RECURSO DE AGRAVO INTERNO REPREJUDICADO.

(TJ-PR 00156798220248160000 \* Não definida. Relator.: Carvalho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 24/09/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 26/09/2024)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEITADA - SERVIDOR PÚBLICO - MUNICÍPIO DE UBERABA - REINTEGRAÇÃO AO CARGO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE E NULIDADE - ATO DEMISSÓRIO - SUBSUNÇÃO DO FATO À NORMA - LEGALIDADE - OBSERVAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS E INDENIZAÇÃO POR MORAL - DESCABIMENTO. -Não tendo sido demonstrada a necessidade e utilidade da prova para o destino da questão, inclusive sequer demonstrado o efetivo prejuízo e tampouco que a produção da prova oral seria capaz de influir no resultado do julgamento do feito, não há que se falar em cerceamento do direito de defesa. -Se a legalidade da demissão, não há transgressões praticadas pelo apelante, se mostra consentânea ao ordenamento jurídico e não existindo qualquer prova de irregularidade, ilegalidade ou ofensa aos princípios do devido processo legal e do contraditório, suscitando a anulação da sentença do PAD nº 017/17/19/2014 e consequente ato demissório do servidor por meio do Decreto nº 2.442/2014 (fl.642), impõe-se a manutenção da sentença que julgou improcedente o pedido de reintegração do autor ao cargo de motorista. -Havendo previsão legal acerca do desconto de empréstimo consignado, a ser feito no saldo devedor existente, por ocasião do pagamento das verbas rescisórias, inválida o pleito de restituição desse valor. -Ausente a demonstração do ato ilícito ofensivo à honra e dignidade do autor, não há que se falar em indenização por dano moral.

(TJ-MG - Apelação Cível 1.0701.15.029562-7/002, Relator (s): Des (a) Yeda Athias - 6a CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/01/2019, publicação da súmula em 01/02/2019)

Portanto, mediante os documentos são suficientes a confirmarem a construção da indisciplina do servidor, que do conjunto probatório, ficou confirmado que o servidor falsificou o atestado médico, sendo descoberto pelo Departamento de Recursos Humanos, no qual culminou com o processo administrativo disciplinar.

Do conjunto probatório ficou comprovado a construção da indisciplina do servidor, houve, portanto, descumprimento do dever funcional do servidor como aspecto de infração disciplinar a enquadrar no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiáva, previsto nos artigos: art. 121, São deveres do servidor: III - observar as normas legais e regulamentares e IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa e art. 137. A demissão será aplicada nos seguintes casos: IV - improbidade administrativa e X - lesão aos cofres e dilapidação do patrimônio público,

### 3. JULGAMENTO

1. **ACATO** o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 170 da Lei nº 2155/2010 na sua íntegra, como fundamento das provas existentes na conduta do servidor investigado;

2. **APROVO** o Parecer (jurídico), parte integrante desta decisão, que opina pela condenação do investigado, em seus aspectos formal e material;

3. **APRECIO** precedente o processo administrativo disciplinar, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias apontadas pelo conjunto probatório, em detrimeto da Lei Municipal 2155/2010, pela existência de conduta lesiva aos cofres públicos.

4. **JULGO**, tendo em vista as provas colhidas no presente processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor **EMERSON POMIM PONCIANO**, matrícula 6.575, para todos os efeitos:

I. a **PENA DE DEMISSÃO**, por infração do art. 121, III e IX e art. 137, IV e X, ambos da Lei municipal nº 2155/10;

II. **ANULO** o ato anterior de exoneração (Decreto Municipal n.1.412/2024 publicado em 30.12.2024), expedindo novo decreto de demissão.

III. **DETERMINO** que seja realizada a remessa para à 42ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Jaguaraiáva para instauração de inquérito policial.

5. **DETERMINO**, a vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiáva/PR, 01 de outubro de 2025.

**JOSÉ SLOBODA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# SEFIP

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - Nº 42/2025

**OBJETO:** Contratação de Aquisição de plataforma estrutural acoplável em polímero em alta resistência para áreas externas.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09h00min do dia 06 de outubro de 2025 até às 08h50min do dia 09 outubro de 2025.  
**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 9h00min do dia 09 de outubro de 2025.  
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma online será processado: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://bllcompras.com>  
<https://portal.jaguaraiava.pr.gov.br/transparenciav2/licitacoes/>  
Maiores informações: e-mail [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com).

Jaguaraiáva, 03 de outubro de 2025.  
**JOSE SLOBODA**  
**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025

A Prefeitura Municipal de Jaguaraiáva, por intermédio de sua Pregoeira designado pelo Decreto Municipal Nº 857/2025, torna público a todos os interessados no Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto Sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa para serviços de Comunicação Visual e material gráfico com a confecção de material personalizado para divulgação, sinalização e identificação de eventos e demais atividades, conforme demanda das Secretarias Municipais, está **SUSPENSO**, em virtude de readequação ao edital.

Jaguaraiáva, 03 de outubro de 2025.

**JOSÉ SLOBODA**  
**SUBPREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA/CREDECIAIMENTO Nº 51/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

### RELAÇÃO DE EMPRESAS CREDENCIADAS – ORDEM DE PROTOCOLO

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, para integrar cadastro de prestadores de serviços especializados na área médica em caráter complementar, para atender a demanda do Hospital Carolina Lupion e da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

- Empresa **MARIA ANDRÉIA ISIDORO SERVIÇOS MÉDICOS E SAÚDE INTEGRATIVA LTDA**
- Empresa **M. SEXTARO SERVIÇOS MÉDICOS ME**

Jaguaraiáva, 03 de outubro de 2025.

**PATRICIA DE SOUZA SETTER**  
Agente de Contratação  
Decreto nº 858/2025

## EXTRATO DE CONTRATAÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 139/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DR. AMÉRICO FAUSTINO DE CARVALHO.

**DATA DE ASSINATURA:** 29/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 06 MESES

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 352/2025**  
**CONTRATADA:** IMPERIO MONTAGENS INDUSTRIAL LTDA  
**CNPJ:** 26.416.686/0001-90 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 249.090,40

## EXTRATO DE CONTRATAÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº147/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2025

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO TIPO BUFFET PARA INTEGRANTES E CONVADADOS QUE IRÃO PARTICIPAR DO DESFILE CÍVICO TEMÁTICO 2025 ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O ANO DE 2025.

**DATA DA ASSINATURA:** 05/08/2023 | **VIGÊNCIA:** 07/08/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2025**  
**CONTRATADA:** AMELIA PARECIDA JURACHEK JAYME  
**CNPJ:** 28.429.459/0001-13 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 19.250,00



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. n° 3194 - PR

Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação

Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/n° - Cidade Alta


(43) 3535-9300

E-mail: [comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br](mailto:comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br)




SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO

Jaguariaíva, 03 de outubro de 2025

Pág. 03

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00

EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025**  
**CONTRATADA:** CURAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
**CNPJ:** 41.550.166/0001-69

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL.**  
O presente Termo aditivo tem por objeto promover alterações no Contrato administrativo nº 210/2025 bem como no Ata de Registro de Preços nº 038/2025 para as seguintes inclusões:  
O acréscimo dos **Itens 220 e 226** constantes do cancelamento da Ata de Registro de Preços 050/2025 do mesmo pregão eletrônico 021/2025.

**JAGUARIAÍVA, 11 DE AGOSTO DE 2025.**

EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025**  
**CONTRATADA:** MARYMED DIST. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA  
**CNPJ:** 23.121.920/0001-63

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA**  
O presente Termo Aditivo tem por objeto justificativas no Pregão Eletrônico nº22/2025 exposto a plataforma do sistema gerado em 24/09/2025 de fls. 1055, para a reaqueção no registro de preços condicionado ao LOTE 98, que passa a ser excluído e rescindido do presente contrato, cujas condições contratuais com exclusão de valores, a sofrer a supressão na estimativa de valores contratuais no total de **R\$6.300,00(Seis mil e trezentos reais)**, passando a partir deste termo a **Clausula Quarta - Preço e Condições de Pagamento** a estimativa para o fornecimento da Ata nº 49 o valor global de **R\$34.853,05(Trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinco centavos)**

**JAGUARIAÍVA, 26 DE SETEMBRO DE 2025.**


EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2025**  
**CONTRATADA:** MEDAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES S/A  
**CNPJ:** 07.752.236/0001-23

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA**  
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto justificativas no Pregão Eletrônico nº22/2025 exposto a plataforma do sistema gerado em 24/09/2025 de fls. 1055 da desqualificação do item da participante desistente, que passará a ser este inserido no presente contrato, condicionando a Clausula Quarta, a condição de pagamento os valores no montante de **R\$12.068,10(Doze mil sessenta e oito reais e dez centavos)** a somarem na estimativa do valor global contratual, bem como registrando o lote na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº49/2025**, da seguinte descrição:  
  
**LOTE 098 – DIPIRONA SODICA 2.500MG, BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20M. Quantidade: 9000. valor unitário:R\$1,3409. Total: R\$12.068,10.**

**JAGUARIAÍVA, 26 DE SETEMBRO DE 2025.**



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO

Jaguariaíva, 03 de outubro de 2025

Pág. 03

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO

Jaguariaíva, 03 de outubro de 2025


Pág. 03

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO

Jaguariaíva, 03 de outubro de 2025

Pág. 03

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00

EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025**  
**CONTRATADA:** CURAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
**CNPJ:** 41.550.166/0001-69

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL.**  
O presente Termo aditivo tem por objeto promover alterações no Contrato administrativo nº 210/2025 bem como no Ata de Registro de Preços nº 038/2025 para as seguintes inclusões:  
O acréscimo dos **Itens 220 e 226** constantes do cancelamento da Ata de Registro de Preços 050/2025 do mesmo pregão eletrônico 021/2025.

**JAGUARIAÍVA, 11 DE AGOSTO DE 2025.**

EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2025**  
**CONTRATADA:** MARYMED DIST. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA  
**CNPJ:** 23.121.920/0001-63

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA**  
O presente Termo Aditivo tem por objeto justificativas no Pregão Eletrônico nº22/2025 exposto a plataforma do sistema gerado em 24/09/2025 de fls. 1055, para a reaqueção no registro de preços condicionado ao LOTE 98, que passa a ser excluído e rescindido do presente contrato, cujas condições contratuais com exclusão de valores, a sofrer a supressão na estimativa de valores contratuais no total de **R\$6.300,00(Seis mil e trezentos reais)**, passando a partir deste termo a **Clausula Quarta - Preço e Condições de Pagamento** a estimativa para o fornecimento da Ata nº 49 o valor global de **R\$34.853,05(Trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinco centavos)**

**JAGUARIAÍVA, 26 DE SETEMBRO DE 2025.**

EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2025**  
**CONTRATADA:** MEDAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES S/A  
**CNPJ:** 07.752.236/0001-23

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA**  
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto justificativas no Pregão Eletrônico nº22/2025 exposto a plataforma do sistema gerado em 24/09/2025 de fls. 1055 da desqualificação do item da participante desistente, que passará a ser este inserido no presente contrato, condicionando a Clausula Quarta, a condição de pagamento os valores no montante de **R\$12.068,10(Doze mil sessenta e oito reais e dez centavos)** a somarem na estimativa do valor global contratual, bem como registrando o lote na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº49/2025**, da seguinte descrição:  
  
**LOTE 098 – DIPIRONA SODICA 2.500MG, BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20M. Quantidade: 9000. valor unitário:R\$1,3409. Total: R\$12.068,10.**

**JAGUARIAÍVA, 26 DE SETEMBRO DE 2025.**

EXTRATO DE ADITIVO  
1º TERMO ADITIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2025**  
**CONTRATADA:** MEDAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES S/A  
**CNPJ:** 07.752.236/0001-23

**NATUREZA DO ADITIVO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA**  
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto justificativas no Pregão Eletrônico nº22/2025 exposto a plataforma do sistema gerado em 24/09/2025 de fls. 1055 da desqualificação do item da participante desistente, que passará a ser este inserido no presente contrato, condicionando a Clausula Quarta, a condição de pagamento os valores no montante de **R\$12.068,10(Doze mil sessenta e oito reais e dez centavos)** a somarem na estimativa do valor global contratual, bem como registrando o lote na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº49/2025**, da seguinte descrição:  
  
**LOTE 098 – DIPIRONA SODICA 2.500MG, BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20M. Quantidade: 9000. valor unitário:R\$1,3409. Total: R\$12.068,10.**

**JAGUARIAÍVA, 26 DE SETEMBRO DE 2025.**

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 154/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2025

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA APARELHO RAO X LOTUS HF 500M

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2025  
CONTRATADA: EUGÊNIO & MARQUES LTDA  
CNPJ: 01.600.153/0001-32 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 45.600,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 155/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2025

**OBJETO:** CONFECÇÃO DE CARTILHAS PERSONALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO CAMPANHA DO CREAS EM PROL DO DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER .

**DATA DO CONTRATO:** 26/09/2025 | **VIGÊNCIA:** 30/12/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2025  
CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA  
CNPJ: 04.096.738/0001-55 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.590,00